

Sexualidade e Relação de Gênero

2

Denise Pereira
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Denise Pereira
(Organizadora)

Sexualidade e Relações de Gênero 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S518 Sexualidade e relações de gênero 2 [recurso eletrônico] /
Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Sexualidade e Relações de Gênero; v. 2)

Formato: PDF

Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-049-0

DOI 10.22533/at.ed.490191601

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Pereira, Denise.
II. Título. III. Série.

CDD 306.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Cada vez mais a academia está avançando em pesquisas sobre Sexualidade e Relação de Gênero. No século XXI, a sexualidade é compreendida como algo fluído, que muda ao longo de toda uma vida, é pessoal/individual, cada um com a sua, não há certo ou errado, havendo possibilidades e é paradoxal, ou seja, é sempre diferente da sexualidade dos outros, sendo o traço mais íntimo do ser humano, manifestando-se diferentemente em cada indivíduo, de acordo com as novas realidades e as experiências vividas culturalmente.

E a relação de gênero refere-se às afinidades sociais de poder entre homens e mulheres, em que cada um tem seu papel social que é determinado pelas diferenças sexuais. Que segundo Scott, devemos compreender que “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres.

O conceito de gênero que enfatizamos neste livro está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo, um movimento social organizado, usualmente remetido ao século XIX e que propõe a igualdade nas relações entre mulheres e homens através da mudança de valores, de atitudes e comportamentos humanos.

Neste livro são apresentadas várias abordagens sobre “Sexualidade e Relação de Gênero”, tais como: discussões de conceitos; modo de vida, violência, direitos, Lei Maria da Penha, homoparentalidade, emancipação feminina, transexuais, homossexuais, sexualidade infantil, sexualidade masculina, mulheres no cinema e no futebol, entre diversos outros assuntos.

Boa leitura
Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	8
SEXUALIDADES E GÊNEROS NA ESCOLA: DE QUAIS SENTIDOS SE APROPRIA A PRÁTICA PEDAGÓGICA?	
Denise da Silva Braga	
DOI 10.22533/at.ed.4901916011	
CAPÍTULO 2	18
TORPEDO: UM MODELO DE RESISTÊNCIA LÉSBICA NA ESCOLA	
Maria da Conceição Carvalho Dantas	
Denise Bastos de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.4901916012	
CAPÍTULO 3	27
PERCEPÇÕES DE GRADUANDAS DE ENFERMAGEM SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER SOFRIDA NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO	
Michelle Araújo Moreira	
Thaís Borges Gally	
DOI 10.22533/at.ed.4901916013	
CAPÍTULO 4	43
INCURSÕES E INTERDITOS SOBRE AS SEXUALIDADES, IDENTIDADES E AS QUESTÕES DE GÊNERO NO ÂMBITO DA FAMÍLIA E DA ESCOLA	
Karine Nascimento Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4901916014	
CAPÍTULO 5	58
HOMOPARENTALIDADE: O QUE A ESCOLA TEM DITO?	
André Luiz dos Santos Barbosa	
Rejane Cristina Lages Rocha.	
DOI 10.22533/at.ed.4901916015	
CAPÍTULO 6	73
CULTURA UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO DOCENTE: SITUANDO AS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	
Luciano Rodrigues dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4901916016	
CAPÍTULO 7	89
ASSESSORIA TERRITORIAL DE GÊNERO: ENCONTROS TERRITORIAIS E ESTADUAL DE MULHERES RURAIS DOS COLEGIADOS DE PERNAMBUCO	
Gáudia Maria Costa Leite Pereira	
Xenusa Pereira Nunes	
Victor Pereira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4901916017	
CAPÍTULO 8	99
A ESCOLA COMO EXPRESSÃO DA DIVERSIDADE: OBSERVANDO FRONTEIRAS ENTRE GÊNEROS, IDENTIDADES E ALTERIDADES.	
Pollyanna Rezende Campos	
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti	

CAPÍTULO 9	107
A SOLIDÃO DOS/AS DOCENTES HOMOSSEXUAIS: NARRATIVA E REFLEXÃO SOBRE O/A PROFESSOR/A HOMOSSEXUAL	
Isabella Marques de Oliveira; Denise Maria Botelho; Agilcélia Carvalho dos Santos.	
DOI 10.22533/at.ed.4901916019	
CAPÍTULO 10	116
A SEXUALIDADE MASCULINA SOB A ÓTICA DAS ESCRITAS LATRINÁRIAS.	
José Edson da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.49019160110	
CAPÍTULO 11	125
CONSTRUÇÃO DO CORPO MASCULINO: RELAÇÕES COM AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS	
Daniele Machado Pereira Rocha Maria Thereza Ávila Dantas Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.49019160111	
CAPÍTULO 12	133
IDENTIDADE E IMAGENS DA MARCA RIO: UM ESTUDO SOBRE A INSERÇÃO DO “GAY FRIENDLY” NA IDENTIDADE DA MARCA RIO E SUA CONCRETIZAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.	
Patrícia Cerqueira Reis	
DOI 10.22533/at.ed.49019160112	
CAPÍTULO 13	142
O MODO DE VIDA GAY COMO ESTETIZAÇÃO DA EXISTÊNCIA	
José Nilton Conserva de Arruda Marianne Sousa Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.49019160113	
CAPÍTULO 14	155
TRAJETÓRIAS DE GAYS NEGROS NA ESCOLA DA ZONA RURAL: PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS	
Marcos Andrade Alves dos Santos José Kasio Barbosa da Silva Renata Queiroz Maranhão Antônio Jefferson Teixeira Sousa Juliana Brito Cavalcante Assencio Daniele Gruska Benevides Prata	
DOI 10.22533/at.ed.49019160114	
CAPÍTULO 15	169
UM ESPELHO CONTRA ESPELHO: A DISPOSIÇÃO INATA DA NATURA	
Jobson Rios dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.49019160115	

CAPÍTULO 16	177
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES MASTECTOMIZADAS SOBRE SEXUALIDADE	
Michelle Araújo Moreira Ana Beatriz Santana de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.49019160116	
CAPÍTULO 17	189
PERCEPÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA PARA OS JOVENS: REVISÃO SISTEMÁTICA	
Paula Orchiucci Miura Estefane Firmino de Oliveira Lima Maria Marques Marinho Peronico Pedrosa Ellen Borges Tenorio Galdino Kedma Augusto Martiniano Santos	
DOI 10.22533/at.ed.49019160117	
CAPÍTULO 18	203
LIDERANÇAS FEMININAS RURAIS: CONHECIMENTO E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS NO TERRITÓRIO DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO	
Gáudia Maria Costa Leite Pereira Xenusa Pereira Nunes Victor Pereira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.49019160118	
CAPÍTULO 19	212
MULHERES CINEASTAS, FEMINISMO NEGRO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: EXPERIÊNCIAS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
Lucas Leal	
DOI 10.22533/at.ed.49019160119	
CAPÍTULO 20	230
“VESTIDO NUEVO” – REFLETINDO SOBRE SEXUALIDADE E GÊNERO A PARTIR DE UM CURTA METRAGEM	
Sílvia Rita Magalhães de Olinda Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes	
DOI 10.22533/at.ed.49019160120	
CAPÍTULO 21	240
ESCANTEIO: MULHERES QUE TROCAM O ROSA CULTURAL PELO PRETO DA TRADIÇÃO - O CAMPO DA ARBITRAGEM EM FUTEBOL	
Ineildes Calheiro Eduardo David Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.49019160121	
CAPÍTULO 22	256
ESTRUTURA DA REPRESENTAÇÃO DA(S) TRANSEXUALIDADE(S) POR MULHERES (TRANSEXUAIS)	
Carle Porcino Jeane Freitas de Oliveira Maria Thereza Ávila Dantas Coelho Dejeane de Oliveira Silva Cleuma Sueli Santos Suto	
DOI 10.22533/at.ed.49019160122	

CAPÍTULO 23	266
UMA APRECIÇÃO DO COMPORTAMENTO DE CONSUMO METROSSEXUAL EM SETORES DA ECONOMIA CRIATIVA	
Daniel Kamlot	
DOI 10.22533/at.ed.49019160123	
CAPÍTULO 24	277
FAZER-SE RAINHA MIRIM NUMA FESTA DE CAMINHONEIROS: SOBRE (DES)PRATICAR NORMAS DE GÊNERO NUM CONCURSO DE BELEZA	
Marcos Ribeiro de Melo	
Michele de Freitas Faria de Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.49019160124	
CAPÍTULO 25	289
GÊNERO E SEXUALIDADES: INVESTIGANDO A CONCEPÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS)	
Rayane Ribas Martuchi	
Ticiane Paiva de Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.49019160125	
CAPÍTULO 26	302
REFLEXÕES ACERCA DO ENSINO DE GÊNERO NA PSICOLOGIA: UM CAMINHO A SE PERCORRER NA GRADUAÇÃO?	
Lara Araújo Roseira Cannone	
Raissa Lé Vilasboas Alves	
DOI 10.22533/at.ed.49019160126	
SOBRE A ORGANIZADORA	310

ESCANTEIO: MULHERES QUE TROCAM O ROSA CULTURAL PELO PRETO DA TRADIÇÃO - O CAMPO DA ARBITRAGEM EM FUTEBOL

Ineildes Calheiro

UFBA/Difusão do Conhecimento

Salvador/Ba

Eduardo David Oliveira

UFBA/FACED

Salvador/Ba

RESUMO: Esse estudo tem como objetivo refletir sobre a divisão sexual no trabalho esportivo focando a arbitragem em futebol, retomando o artigo publicado em anais de congresso em 2013, descrevendo-o, fazendo uma releitura sob novos olhares, considerando as mudanças no campo nesse intervalo de tempo e inserindo importantes novas questões. Nesse sentido, mantendo a coerência o debate das avaliações físicas, se mantém, baseado naquele período. O estudo, em seu primeiro momento originou de relato de experiência, e nessa nova versão articula com a pesquisa realizada, tendo como método o corpo-experiência e a pesquisadora desde dentro: ex-atleta de futebol e ex-árbitra. Descrevemos sucintamente como as avaliações físicas ocorrem e discutimos sobre as construções e desconstruções dos corpos apreciando o desempenho das mulheres nos esportes, exemplificando com o tempo realizado por corredor@s maratonistas. Nos resultados o campo futebolístico resiste à igualdade social

entre os sexos, equivocadamente apelando pela igualdade física, cujas avaliações físicas exigidas iguais para ambos os sexos são recursos utilizados em detrimento da liberdade das mulheres na arbitragem brasileira. No outro lado, o corpo das mulheres nos esportes aparece como afronta de gênero ao androcentrismo no trabalho esportivo – corpo construído diferente, em desconstrução e apto para o tipo de trabalho – o futebol.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero/Esporte. Divisão do trabalho. Corpo em construção. Árbitra de futebol.

ABSTRACT: CORNER KICK: WOMEN WHO EXCHANGING THE CULTURAL PINK FOR TRADITION BLACK- THE FIELD OF REFEREEING IN FOOTBALL

This work aims to reflect on the sexual division in sports work focusing on soccer refereeing, retaking the article published in congress annals in 2013, describing it, doing a re-reading under new eyes, considering the changes in the field in that time interval and introducing important new issues. In this sense, maintaining coherence, the discussion of the physical evaluations presented remains, based on that period. The study, in its first moment originated from an

experience report, and in this new version articulates with research carried out using the body-experience method, driven by one of the authors who writes to you (Ineildes Calheiro), former soccer athlete and ex-referee. We briefly describe how the criteria of sexual difference were employed, how physical assessments occur, and discuss the constructions and deconstructions of bodies appreciating women's performance in sports, exemplified by time spent by marathon runners. In the results the football field resists social equality between the sexes, mistakenly appealing for physical equality, whose equal physical evaluations required for both sexes are resources used to the detriment of women's freedom in Brazilian arbitration. On the other hand, the body of women in sports appears as a gender affront to androcentrism in sports work - a body built differently, deconstructing and fit for the type of work, and therefore, in the body order of the day.

KEYWORDS: Gender /Sport. Division of labor. Body under construction. Soccer referee.

1 | INTRODUÇÃO

Esse texto é uma releitura, reorganização e ampliação do artigo originalmente publicado em Anais de Congresso em 2013 – “Seminário Enlaçando Sexualidades” (15 a 17 de Maio de 2013), na Universidade do Estado da Bahia. Aqui o desejo foi reescrevê-lo sob novos olhares pelo seu significado na minha vida acadêmica, através do qual minha caminhada foi deslanchando. Mantendo a coerência, através do debate das avaliações físicas discutindo sobre o corpo construído e em construção.

Tendo como carro chefe a experiência de uma das autoras que vos escreve (Ineildes Calheiro), ex-atleta de futebol com passagem por clubes e federação, e ex-árbitra, com passagem pela FBF (Federação baiana de Futebol) e CBF (Confederação Brasileira de Futebol). São mais de vinte anos neste percurso esportivo como mulher, preta, nordestina, lésbica e mais recentemente do candomblé. É um corpo atravessado por múltiplos marcadores da diferença – a interseccionalidade vivida no próprio corpo.

Recapitulando a divisão do trabalho na sociedade brasileira, é um histórico de desigualdades raciais e de gênero (Sueli Carneiro, 2003), mas não negamos os avanços de gênero, nem tampouco os ocorridos para a população negra na sociedade. E nesse sentido, discutimos sobre as mulheres no trabalho em futebol. Destarte, para manter a ordem de gênero no campo, as regras são reelaboradas constantemente e quando convém, uma das mais importantes tem sido as avaliações físicas, fator que norteia esse estudo.

O percurso da pesquisadora é longo e antigo: perpassa primeiramente pela graduação, com o trabalho de conclusão de curso em Educação Física, em 2006: *Inserção da Mulher na Arbitragem em Futebol de Campo no Estado da Bahia* (Ineildes Calheiro dos Santos) na UNIME, em Lauro de Freitas-BA; seguindo colhendo dados

e informações, apropriando-se de conhecimentos em eventos de gênero e raça, em 2014, com a visão ampliada torna-se pesquisa de mestrado, defendida em 2016, na UNEB com a dissertação intitulada: “*As mulheres árbitras de futebol: um estudo sobre tecnologias de gênero e perspectivas da divisão sexual do trabalho*”.

O estudo foi publicado ano posterior pela editora Novas Edições Acadêmicas, quando passo a assinar as produções acadêmicas como Ineildes Calheiro. Portanto, ao mencionar o estudo de 2017, nos remetemos também a dissertação de 2016.

2 | AS MULHERES NO TRABALHO DE ARBITRAR FUTEBOL: UMA SÍNTESE DA NOSSA HISTÓRIA

Arbitrar futebol é comandar jogos apitando, auxiliando (bandeirando) ou sendo reserva (4º árbitro), este último comanda o extracampo, enquanto os outros da equipe desenvolvem um trabalho específico dentro de campo, fazendo se cumprir as 17 regras do jogo.

A arbitragem em futebol no Brasil, acompanhando os avanços no mundo cresce em vários âmbitos: em nível de valor, sobretudo econômico; em nível tecnológico e digital; entre outros, e se insere como trabalho formal (Ineildes Calheiro, 2017, p.76), mediante luta da categoria impetrada através da ANAF – Associação Nacional dos árbitros de futebol, sancionado pelo Governo Federal, a Lei Nº 12.867/13 (em 10 de outubro de 2013), na gestão da Presidenta Dilma Rousseff, fazendo jus a história crescente do futebol brasileiro e ao papel do país como força esportiva no mundo, nos últimos anos sediando megaeventos.

Tais eventos esportivos auferiram impulso nos debates de gênero e raça no esporte brasileiro. Em gênero, ganhando olhares institucionais como a SPM – Secretaria de Política para Mulheres, órgão do Governo Federal; universidades com as/os pesquisadoras/es em gênero e sexualidade; movimentos sociais, como os debates de gênero no esporte no Fórum Social Mundial (em 2017), e, em relação a raça, começa a tocar pesquisas esportivas e instituições.

Em se tratando dos megaeventos como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo “dos homens”, as mulheres não aparecem nesse tipo de trabalho, são impedidas de atuar como árbitras, e nas competições nacionais, pela CBF, são muitos os obstáculos e as regras de gênero, limitando as atuações das mulheres (Ineildes Calheiro dos Santos, 2016; Ineildes Calheiro, 2017). Os motivos? Se antes era a justificativa da inferioridade física, nos últimos anos mudou: é o corpo sexuado. O ser mulher metida a fazer trabalho de homem.

Apesar da seleção brasileira de futebol feminino ser formada nos anos 1980, não foi a partir daí que as mulheres praticam futebol no Brasil (ENNY Moraes, 2014). As jogadoras de futebol nesse país surgiu em 1921 (Heloísa Reis; Osmar Junior, 2014), historicamente desautorizadas pelos médicos, radialistas da área e representações

de instituições esportivas, juntando-se a jurisprudência instituí-se leis proibitivas (PATRÍCIA LESSA, 2005; LESSA;VOTRÉ, 2013).

Fazendo uma busca nos estudos e em sites (Ineildes Calheiro, 2017, p. 79-80) encontrei uma mulher insubmissa, atravessada pelo futebol e, ao mesmo tempo politizada - Celina Guimarães Vieira. Em um material ela é descrita como a primeira eleitora feminina, no Rio Grande do Norte (Mossoró), no outro, aparece como árbitra de futebol, apitando jogo de homens. Falecida em 1972. Juntando os extremos temos uma velha companheira de luta liderando em um esporte fortemente masculinista, atravessada pelo esporte mais resistente ao sexo - o futebol.

O surgimento de mulheres na arbitragem em futebol profissional, no Brasil, data-se desde 1967 com a mineira Asaléa de Campos Michellim, reconhecida pela FIFA em 1971, atuando internacionalmente em competições masculinas. E, exclusivamente a participação das mulheres em eliminatória da Copa do Mundo, ocorreu em 2006. (INEILDES C. SANTOS, 2013).

Entre os critérios estabelecidos pela FIFA para a participação, está à exigência de possuir experiência de no mínimo cinco anos na principal categoria de futebol masculino de seu país. No caso do Brasil, trata-se do Campeonato Brasileiro, na série A – via CBF (Ineildes Calheiro, 2017).

A título de comparação, a Suíça passou a oportunizar a mulher na arbitragem masculina em competições oficiais do país em 1999 (Alberto da Silva et al, 2006), e o Brasil, no início do século XXI, oportunizando-as em clássico. Analisando documentos, vimos que no ano de 1995 a FIFA abre as portas para as mulheres na arbitragem mundial, com uma baiana selecionada para a assistência (na época, bandeirinha).

Desde o início da integração de mulheres na arbitragem da CBF tivemos representação da Bahia: Rosana Vigas e Tania Regina Saldanha, com esta última, que integrou o quadro da FIFA como assistente, tive o prazer de atuar nos jogos em competições femininas locais. E com Rosana, fomos parceiras durante todo o tempo que compomos o quadro Estadual e Nacional, atuando em muitos jogos juntas por mais de 10 anos.

Vindo da arbitragem amadora desde 1996, atuando em jogos de ambos os sexos em comunidades, também chamado de várzea, ao me inseri na arbitragem profissional em 2003, me deparei com as limitações de gênero - As mulheres não atuavam em jogos masculinos, exceto Tania Regina (FIFA) como assistente (bandeirinha), no entanto, em alguns estados atuavam, o que me chamou a atenção. E, como a minha entrada na arbitragem profissional e no ensino superior foi paralela, duas coisas grandes aconteceram na minha história de vida ao mesmo tempo: A arbitragem profissional e a academia.

Percebi a grande oportunidade em debater o problema de gênero na arbitragem em futebol, observando a escassez de pesquisas sobre a temática no Brasil, e que o silenciamento me incomodava, bem como me tocava os limites de gênero no campo de trabalho em Educação Física.

O comando no apito por uma mulher em jogos da principal competição do Estado da Bahia ocorreu pela primeira vez, em 2007. O sucedido se deu por meio da pesquisa, trabalho de conclusão do curso de graduação - TCC (Ineildes Calheiro dos Santos, 2006), cujos resultados foram entregues ao Presidente da Federação Baiana de Futebol (Ednaldo Rodrigues), em virtude de que, meses ulterior ocorreria o anual encontro dos árbitros da Bahia. Certa de que, uma das duas coisas tenderia a acontecer: ou eu seria execrada e excluída, ou mudanças ocorreriam para nós mulheres na arbitragem baiana – Movida pela coragem, qualidade que adquiri na vida entremeada de barreiras, perigos e exclusões, nenhuma oportunidade pode escapar.

Comungo com a africana somali, AYAAN HIRSI ALI (2006), com o que muito me tocou, explícito na introdução do livro INFIEL: “certas coisas precisam ser ditas, e há ocasiões em que o silêncio é cúmplice da injustiça”.

Apreensiva, eu estava compondo o grupo na semana do encontro dos árbitros, início do ano 2007, mês antes da principal competição local, quando na fala do presidente e em presença de imprensa, fomos informado/as das mudanças, com a louvável iniciativa do então gestor, que disse concordar com o que estava escrito naquele material recebido, e a partir daquele campeonato **as mulheres seriam incluídas nos jogos profissionais masculinos** e em todos os outros – divisão de base masculino, como os juniores.

Ressalto que, entre os palestrantes estava a famosa bandeirinha de São Paulo, Ana Paula Oliveira, e mediante sorteio das escalas dos árbitros, a mesma, tira a bolinha, cujo número dava a oportunidade a Rosana Vigas fazer a abertura da competição – apitando Vitória X Poções, no estádio Manuel Barradas (Barradão), com a assistência da convidada Ana Paula, Sérgio Moradílio como bandeira II, e a árbitra baiana, Daniela Coutinho na reserva. Na torcida eu estava com outros colegas, assistindo o jogo com o meu caderninho de anotações, juntamente com outra árbitra da Bahia, Deise Cerqueira, que me perguntava: o que você tanto anota?

Eu anotava a recepção dos torcedores ao comando das mulheres, e naquele pedacinho em que me encontrava, até aonde meus ouvidos captava os sons, ouvi coisas como: “buceta sem cabelo!”; “não, é buceta cabeluda”; e com o rádio ligado e fone no ouvido, também prestava atenção aos comentaristas: pouco foram as críticas, o maior destaque foi para os elogios, ficaram surpresos com tamanha competência e, no final, como de práxis, os radialistas deram a nota da arbitragem de Rosana: 9,5. Na real, tem homens que nunca alcançaram uma nota dessas.

Ficando assim, o ano 2007 como marco de gênero no mundo do futebol da capital baiana. Nós, as demais, passamos a atuar nos jogos masculinos da divisão de base, como, juniores, juvenil, infantil, dentre os quais passei a bandeirar até mesmo o clássico Bavi (Bahia X Vitória) de juniores. Contudo, eu esperava que no momento certo passaríamos ao profissional. Isso não aconteceu – com mudanças nacionais,

neste campo, houve retrocesso. As novas regras.

2.1 IMPEDIMENTOS PARA A INCLUSÃO DAS MULHERES NO BRASIL

Conforme os estudos (Calheiro, 2013, 2017), dentre os critérios para inserção de árbitros na CBF, de acordo com o ofício circular 033/2012, os requisitos mais importantes são: a aprovação em avaliações físicas, teóricas (regras de futebol), a idade e experiências em jogos profissionais masculinos nas competições estaduais. Segundo Silva et al (2006) a FIFA estabeleceu no ano de 2001, uma nova sequência para aplicação das provas físicas que compõem sua bateria. Sobre a avaliação física para árbitros de futebol, apresentamos uma amostra nos índices masculino e feminino.

Prova I - de velocidade	Distancia/m	Tempo/s	Rep.	Recup/s
Masculino AC	40	6.4	6	1.30
Masculino AA	40	6.2	6	1.30
Feminino AC	40	6.8	6	1.30
Feminino AA	40	6.6	6	1.30

O quadro 1 ilustra a prova física separada por sexo e função. (As siglas: AC - Árbitro (a) central; AA - Árbitro (a) assistente).

Quadro 1. Prova de velocidade

Fonte: (INEILDES C. SANTOS, 2013).

O quadro 2 - ilustra a segunda prova, a qual ocorre em seguida, após o término da primeira, com um pequeno intervalo. (mesmas siglas da anterior).

Prova II - de resistência	Distancia/m	Tempo/s	Rep.	Recup/s
Masculino AC	150	30	20/24	40
Masculino AA	150	30	20/24	45
Feminino AC	150	35	20/24	45
Feminino AA	150	35	20/24	50

Quadro 2. Prova de resistência

Fonte: (INEILDES C. SANTOS, 2013).

Os quadros mostram dois tipos de provas físicas realizadas anualmente, tanto para ingressar quanto para se manter na função: A de velocidade e a de resistência. Na primeira, o que difere do árbitro central para o assistente é o tempo da execução dos tiros: o tempo é menor para o assistente (o que requer mais esforço físico). A diferença do índice masculino para o feminino também está no tempo da execução da prova, o que requer menos esforço físico para elas. Não se trata de privilégio porque, percurso e o número de tiros realizados é igual, e nos resultados, deve-se fazer todo o percurso em um tempo muito pouco diferente do tempo dos homens.

Se observar o quadro II o tempo dos árbitros centrais masculinos e o das

mulheres árbitras assistentes diferem em dois milésimos de segundos. Logo, se isso é privilegio para as mulheres, ao observar a diferença de tempo entre os homens centrais e assistentes, também há privilegio dos árbitros centrais sobre os assistentes, com a diferença de (igualmente) dois milésimos de segundos. Vemos que o tempo de recuperação desta prova (1,30s) é igual para todos – é a recuperação do VO2 max (o oxigênio), a parte mais importante em uma prova física como esta. VO2 max, é a maior quantidade de oxigênio que pode ser consumida pelo corpo no ponto de esforço Máximo (NIEMAN, 1999, p. 22).

Na prova II, no tempo de recuperação, as árbitras assistentes têm um tempo maior que todo o grupo (50s), em um mesmo percurso, igualmente ao que ocorre com os homens assistentes na categoria masculina (45s) levando vantagem sobre os árbitros centrais do mesmo sexo (40s). (INEILDES C. SANTOS, 213).

Mostrando-se capacitadas, um grande contingente logrou êxitos, sendo formado no fim do ano 2007 um quadro de mulheres árbitras, denominado RENAF feminino, com mais de 80 mulheres. Apesar de que, tais provas, para alguns pesquisadores são consideradas impróprias para esse tipo de função, pelo seu caráter de desgaste, exaustivo, lesionador, e de comparação ao atleta, e, para nós, arbitrar não se trata de atletas. Na pesquisa desenvolvida ano subsequente, o debate das avaliações físicas são retomados minuciosamente (INEILDES CALHEIRO, 2017).

No mesmo período citado foi criado a Copa do Brasil Feminino (com o campeonato Brasileiro feminino, cortado da agenda nacional desde o início dos anos 2000) sendo a única competição de futebol nacional. Posterior a mais esse marco de gênero na arbitragem, que teve os anos 2007 como a segunda leva de mulheres no futebol, deu-se um novo episódio que merece destaque, pois, põe fim ao reconhecimento das avaliações físicas separadas por sexo.

Os/as árbitros/as são Informados pela CBF e federações da nova lei, visto no ofício circular em questão, item 6.1.: [...] “em consonância com a circular 1104/FIFA/15.08.07, a árbitra e a árbitra assistente, para atuar em competições masculinas deverão alcançar os índices estabelecidos, respectivamente, para o quadro masculino“. (Ineildes C. Santos, 2013; Ineildes C.Santos; Suely Messeder, 2016; Ineildes Calheiro, 2017).

Se anterior a este episódio, a segregação, as limitações e as exclusões das árbitras se davam por conta do preconceito de gênero no trabalho dos homens, a partir de então, a performance física passou a ser o maior entrave para a inserção e atuação feminina na arbitragem em futebol masculino, porque, ao executar pela primeira vez as provas físicas no índice masculino, conforme exigências em 2008, o mesmo grupo aprovado anteriormente nas provas de índices femininos, teve quase total reprovação, sendo mantidas exclusivamente para jogos femininos – a Copa do Brasil.

A notícia difundida na imprensa neste citado período, era que, havia uma estrela na arbitragem em futebol. Aprovada no teste da igualdade física com os homens, apenas uma mulher conseguiu tal êxito em 2008 – Márcia Caetano. Mas a função é

exclusivamente para assistente (bandeirinha) . Para a principal função, a de comando, como árbitra principal (apitar os jogos) – nenhuma estrela brilhou impedida pela performance. Por performance física, entende-se a capacidade de rendimento físico:

[...] diferentes conceitos foram desenvolvidos. Todos esses conceitos são baseados nos princípios gerais da capacidade de rendimento físico ou da performance motora, mas eles diferem entre si na ênfase dos fatores que determinam o rendimento (resistência, força etc.). (BARBANTI, 2003, p.45).

Conforme os estudos de Calheiro, anos posteriores outras mulheres começaram a passar na prova da igualdade física com os homens, mas se esbarraram com outras regras. Consta nas disposições gerais da RENAF - Relação Nacional de árbitros 2011/2012 que:

Os árbitros da RENAF atuarão, normalmente, em competições do correspondente gênero – masculino e feminino; As árbitras para atuar em competições do gênero masculino deverão ser indicadas por suas federações para integrar a RENAF masculina; ser aprovadas na avaliação física masculina e já pertencer á RENAF feminina por pelo menos uma temporada (INEILDES SANTOS, 2013).

Convém saber que a lei descrita na arbitragem, seja FIFA seja CBF e acatada por muitas federações, contraria a Convenção da ONU (1979), ratificada pelo Brasil em 1984 que no artigo 1º consta:

Para fins da presente convenção a expressão “discriminação contra a mulher significa toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente do seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos políticos, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

Mediante os estudos Pós estruturalistas, na discussão da natureza/ cultura, vimos que os corpos são construídos, e estudos apontam que corpos de homens e mulheres são diferentemente construídos (Teresa de Lauretis, 1994, Guacira Louro, 2007). Contudo, notamos que as instituições futebolísticas enganam-se quando pensam atuar com os direitos iguais entre os sexos. Na real, atuam com “deveres iguais, direitos não”, pois, não respeitam os direitos humanos quando, para incluir as mulheres não consideram as diferenças físicas entre os sexos, construídas no mecanismo das tecnologias de gênero, e dão mais importância em seguir os binarismos sexuais e à divisão sexual do trabalho.

Com base em Joan Scott (1989) gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Assim sendo, não deveriam as mulheres, por direitos, considerando os impedimentos de gênero no contexto geral: educação escolar, familiar, etc., atuar nas competições masculinas do país e nos megaeventos em futebol no mundo sem a interferência do sexo?

Entretanto, os critérios de inserção na arbitragem brasileira, que de antemão parece ser uma conquista de direitos iguais entre os sexos, causam consequências negativas para as mulheres: restringidas nas práticas de jogos ou excluídas, colocadas

no “escanteio”, esquecidas e pouco oportunizadas.

A Exclusão das Árbitras e o Desabafo da Famosa Ex-Assistente Ana Paula: Aonde o Jogo Começa o Jogo Termina

Na Entrevista ao “Globo.com”, em 29/08/2012, a ex-bandeirinha de São Paulo, Ana Paula Oliveira, nos informa que atuou em grandes jogos masculinos, de 2001 a 2007. A reportagem destaca os motivos de sua saída: “as constantes reprovações nos testes físicos masculinos a impediram de ser escalada nos grandes jogos onde ganhava dinheiro e fama” (INEILDES C. SANTOS, 2013). O debate sobre a sua exclusão foi difundida em vários meios de comunicação, o acompanhamos também no “Apito nacional” (em 2012), Ana Paula desabafa, mostrando que somos enganadas:

Prometeram que, se eu passasse neste teste, voltaria em 2009 com o escudo da FIFA. Aí não teve jeito: eu parei minha vida neste ano por causa do teste. Treinava de madrugada, de manhã, à noite, quase não dormia. Além disso, paguei para trabalhar em 2008, porque só me escalaram em jogos pequenos, em estádios sem vestiário ou estrutura nenhuma. Para ter uma idéia, tinha que comprar água no intervalo. (INEILDES C. SANTOS, 2013).

Nesta fala fica evidente que as avaliações físicas são os primeiros mecanismos para o controle de gênero no campo, uma vez passando por essa barreira, novas regras serão implementadas. Não foi diferente com as jogadoras da seleção, os tantos anos de enganos, como apresenta a autora Enny Moraes (2014) entrevistando uma ex-jogadora baiana, era dito pelos superiores das atletas que, se elas se saíssem bem nas competições, as coisas iriam mudar. Que tudo dependeria delas (Engano). Tanto a interlocutora da autora, quanto tantas outras, “penduraram as chuteiras” e não viram as mudanças chegar: sem emprego, sem direitos trabalhistas, sem educação adequada, a recomeçar a vida.

Esse caso revela nossas simetrias. Não diferente do que ocorre com muitas mulheres árbitras: o abuso de poder. As exclusões nos perseguem. O ano 2008 marcou o fim da carreira da competentíssima assistente citada, barrada pelo sexo ao invés de ser mantida pela competência. Em seguida, Rosana Vigas e outras também experienciaram a exclusão, e eu, a que vos escreve (Ineildes Calheiro), vivo esse drama em 2014. Pesquisando sobre as exclusões, os documentos analisados apontaram uma queda significativa do número de árbitras, ocorrendo gradativamente no país (INEILDES CALHEIRO, 2017).

Desta forma, como mudar a cultura de gênero que perpassa por binarismos, violências e imposições? Como as mulheres podem trocar “o rosa cultural pelo preto tradição”? Ou seja, como adentrar no mundo do trabalho historicamente dedicado aos homens com o androcentrismo dominando o campo?

Como ingressar nas funções mais importantes do campo esportivo, dividir o espaço de poder com os homens no futebol, se a competência das mulheres não

importa? São muitas questões, e com certeza não respondemos neste estudo, mas desejamos seguir no debate.

Analisando a Copa do Brasil Feminino (em 2012), apreciando as escalas de arbitragem para os jogos até a 3ª fase da competição (São cinco fases, sendo as duas últimas, semifinal e final) foi constatado que nem todas as mulheres do quadro atuaram e muitos homens participaram. Fazendo uma comparação de participação de gênero nas fases citadas, vemos:

Dos quase duzentos que trabalharam nos jogos (exceto a fase final), em média 52,8% eram masculinos e 47,1% feminino. Do total de mulheres, estima-se que entre 32,3 a 36,5% não participaram desta competição, no período analisado, e que as oportunidades foram maiores para os árbitros masculinos. (Todos os cálculos feitos foram baseados nas publicações no site da CBF, relacionando a relação dos árbitros da RENAF com as escalas de arbitragem para os jogos.) (INEILDES C. SANTOS, 2013).

Proibidas de atuarem em todas as competições, por não haver outras competições do gênero, um percentual do grupo feminino não exerceram a função na arbitragem no ano averiguado, mostrando que muitas mulheres apenas enfeitam o quadro.

Com o trabalho mais aprofundando (Ineildes Calheiro, 2017), incluindo outros materiais de análise, foi mostrado disparidades de oportunidades entre os sexos; um problema de exclusão constante para as mulheres; e, também, problema intragênero, considerando que, mulheres de pele clara combinada com cabelos não encrespados (comparadas a raça/cor branca), acabam privilegiadas no esporte. Havendo um grupo seletivo de mulheres brancas e loiras no quadro da arbitragem nacional e internacional, obtendo privilégios mediante as inclusões que ocorrem. Questão reconhecida pela direção da Confederação Brasileira, mediante fala em entrevista publicada pela ANAF.

Performance Física de Gênero e Influência Sociocultural: Construção dos Corpos E As Mulheres Nos Esportes Como Afronta ao Androcentrismo

Certa feita, ou melhor, nos anos 1950, uma feminista perguntou: por que as mulheres não contestam a soberania do macho? Se neste tempo as mulheres não contestavam a soberania dos machos, é porque, a necessidade era outra: desde a revolução francesa, século XVIII, a luta de gênero no mundo ocidental vem se acirrando, a fim de sair da opressão e violência, ter direitos iguais aos homens e tornar-se cidadã, além disso, encontrar a liberdade do seu próprio corpo.

Do outro lado, a luta de outras categorias de mulheres, como a das mulheres negras é desde a escravidão, e anterior a revolução francesa, tendo participação de mulheres em todos os movimentos negros (reconhecidas ou não), revoltas ou formas outras, como os discutidos no Brasil.

Naquele tempo, as mulheres negras tinham outra necessidade: ser respeitada e tratada humanamente; ter o direito de viver, comer, morar, vestir (bell hooks, 2015).

E, nos Estados Unidos, uma luta em prol das mulheres, organizada e desenvolvida por mulheres negras ex-escravizadas, é datada dos anos 1830, ocorrendo neste, a inserção de mulheres brancas (ANGELA DAVIS, 2016; INEILDES CALHEIRO; EDUARDO OLIVEIRA, 2018). Esses exemplos bastam para mostrar que a soberania do macho não era a principal questão naquele momento, nem ainda, lá na frente nos anos 1950.

Hoje, ou melhor, nas últimas décadas, nós mulheres e feministas não só contestamos a soberania dos machos como o confrontamos. Assim fazem as mulheres nos esportes, com os seus corpos desconstruídos. Corpos insubmissos. Vimos que os corpos sexuados não nascem performaticamente diferentes – a força, a aptidão física mudam conforme mudam as direções que são enviadas cada sexo.

As diferenças sexuais na massa muscular são mínimas durante a infância, com os meninos apresentando uma ligeira maior proporção de massa muscular em relação ao peso corporal. No entanto, durante e depois da adolescência, as diferenças sexuais se evidenciam de forma bastante acentuada (GUEDES, 2002, p.39-40).

As diferenças físicas, sexualmente encontradas na infância pelo autor citado, são insignificantes, como afirma, e não condiz com diferenças biológicas, naturais. É com o decorrer do tempo, começando na fase da adolescência que aparecem discrepâncias nas diferenças físicas – força e aptidão.

Em seus estudos assinala o autor que as pessoas de ambos os sexos nascem com fibras musculares tipo I, e os demais tipos de fibras surgem após os seis anos de idade. O mesmo especula que os tipos de fibras podem ser influenciados pela atividade do corpo, atividade física e que as fibras musculares tipo II - de contração rápida, apresentam maiores poderes de adaptação às atividades intensas e de curta duração (GUEDES, 2002, p.39).

Se compararmos sua primeira amostra com esta descrição, torna-se evidente que os meninos vão adquirir as fibras tipo II com maior poder de força do que as meninas, e terão mais resistência durante uma prova física. É óbvio que na adolescência as meninas são fortemente controladas e mais trancafiadas dentro de casa, ou passam maior tempo com ocupações passivas.

O resultado aparece na fase adulta – o que durante muitos anos entendeu-se como inferioridade física nas mulheres e superioridade nos homens. A inclusão das mulheres nos esportes, dadas mais precisamente nos anos 1980 (Calheiro, 2017), são ferramentas de análises que mostram como os corpos são construídos e como se desconstroem, haja vista que as árbitras têm alcançado corpos altamente potentes no âmbito da força e condicionamento físico. Mas também, exemplificamos com o atletismo as diferenças, dada a disparidade na inclusão, pois

[...] mesmo em termos de atletas de elite, as mulheres, comparadas aos homens, possuem uma menor massa corporal magra, maior porcentagem de gordura corporal, menor força corporal, menor volume sistólico e maior frequência cardíaca, menor volume sanguíneo e conteúdo de hemoglobina, e menos vo_{2max} . (DAVID NIEMAN, 1999, p.30).

Com as diferenças encontradas entre atletas de ambos os sexos, NIEMAN (1999, p.30) elabora as seguintes questões “Por que as atletas de resistência de elite são mais lentas que os atletas masculinos? Será por causa das diferenças biológicas reais ou os números refletem restrições sociais e culturais?”.

Nesse sentido chamamos a atenção para as interferências socioculturais na influência desses fatores nas diferenças físicas entre homens e mulheres. Como mostram autores da educação física desde o final do século 20, ganhando impulso no início do século seguinte.

Como fator de interferência, a aptidão física não é determinada exclusivamente pela atividade física. Outros fatores interagem no processo da aquisição de aptidão física, como os ambientais, genéticos e sociais. Ela pode variar bastante também em função da idade, raça, gênero e nível social (MAZO; LOPES; BENEDETTI, 2001).

A título de melhor compreensão, fizemos uma abordagem sintetizada sobre maratonistas de elite, a partir da suposição, nos anos 50, de que, no início do século 21 as mulheres atletas corredoras estariam correndo igualmente com os homens. (O olhar para tal assertiva pauta-se dos Estados Unidos).

Hoje, na corrida dos 42 km de maratona, a diferença entre o homem e a mulher, em termos de atleta de elite, é de cerca de 10 minutos, ou seja, o homem chega cerca de 10 minutos antes da mulher, para se ter uma idéia, com o tempo que uma mulher faz a maratona, hoje, ela venceria esta prova nos jogos Olímpicos de 1952! [...] num exercício de futurologia, já houve um pesquisador americano que, em 1992, fez uma previsão de que por volta do ano 2005 o homem e a mulher estariam competindo para fazer o mesmo tempo na maratona (BARROS, 1997, p.18-19).

Estaria o futurologista certo? Curiosamente, inclinei-me a averiguar começando pela Corrida de São Silvestre, no Brasil, de 1991-2013, o período inicial em que a prova passa a um formato de 15 km (anteriormente sofreu diversas alterações no percurso dificultando a análise), observando os tempos dos vencedores, por sexo. Os períodos foram: 1991, 2000, 2010 e 2013, a ideia seria analisar a cada dez anos, sendo que achei relevante avaliar o último realizado no período do estudo (INEILDES C. SANTOS, 2013). Apreciemos:

Sexo /período	1991	2000	2010	2013
	(T/s)	(T/s)	(T/s)	(T/s)
Mulheres	54,02	50,33	50,19	51,42
Homens	44,04	43,57	44,07	44,04
Diferença (T/s) (em segundos).	9,98	6, 76	6,12	7,38

Tabela I

Fonte: Ineildes C. Santos (2013). Quadro elaborado pelos autores para melhor compreensão.

A tabela mostra que as mulheres corredoras fazem a mesma prova em um tempo

maior do que os homens, logo, significa que tem menor força, menor aptidão física. Porém, permite outras leituras: as marcas de tempo sofrem alterações gradativamente, exclusivamente para as mulheres, reduzindo o tempo da prova, enquanto que, o tempo dos homens se mantém.

Um primeiro ponto é que, a performance física não é estável, o que significa que não é natural - As mulheres começam apresentando uma diferença com os homens na força física, que, explicando em marca de tempo, fica em torno de 10 minutos atrás do sexo oposto.

Dez anos depois, o tempo que elas fazem apresenta uma melhora na força, apontando que em 20 anos, seu tempo reduz de 10 para seis minutos, ficando, ainda assim, atrás dos homens, porém, o desempenho físico das mulheres corredoras aumentou significativamente, desconstruindo os corpos tão diferentemente construídos.

Como segundo ponto, os corpos são construídos e desconstruídos. E, como terceiro: os homens mantiveram o tempo percorrido sem alteração significativa, em torno de 44 minutos, de 1991 a 2013. O que convém interpretar levando em consideração os conhecimentos científicos em fisiologia do exercício, que há um limite do corpo humano e não o limite do corpo sexuado.

Estudos em Educação Física, retratando o atraso em que as mulheres foram inseridas nos esportes, percebe a influência de fatores socioculturais, e expressa: “[...] entretanto, as mulheres vêm participando de maratonas há apenas 25 anos aproximadamente, enquanto os homens têm tido a oportunidade de praticá-la há quase um século.” (NIEMAN 1999, p.30).

No entanto, retomando a tabela, quando as mulheres se aproximaram mais fisicamente dos homens, e eles se mantendo em estabilidade em nível de força física, fica uma questão em incógnita: até onde as mulheres podem ir fisicamente?

Respondendo a questão inicial: “estaria o futurologista certo?”. Parece que o americano estava certo, em parte, errando no tempo em que previu o momento da mudança – 2005. Cremos que o mesmo não contava com os retrocessos de gênero, com mecanismo que visa manter o androcentrismo no esporte, com as tecnologias de gênero que ganharam formas específicas e se mantêm nos dias atuais: os brinquedos, os comportamentos, os hábitos, os papéis, as ocupações, etc.

Nos brinquedos são incutidos modelos de tornar-se mãe, cozinheira e cuidadora do lar, culminando com o estigma de inferioridade e sensibilidade. Sobre a tecnologia de gênero presente nos brinquedos, de acordo a antropóloga Messeder (2012, p.98): “[...] A tecnologia de gênero presente nos brinquedos funciona de maneira bastante severa, para as meninas e meninos que não concordam com esta divisão sexual dos brinquedos [...]”. Tendo como parâmetros a bola e a boneca. No primeiro, por ter como fundamentos os movimentos de correr e chutar, entre outros, tanto a motricidade quanto o desenvolvimento físico são ativados sendo construídas forças, mas também machismo. Enquanto que no segundo, cuja brincadeira é baseada na inércia, o que mais é ativado é o sedentarismo e a arte de ser mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O androcentrismo, a grande questão vivenciada pelas mulheres árbitras de futebol, e o poder presente na exigência da igualdade física entre os sexos exclusivamente nesta modalidade, e que se concretizou no Brasil no início de 2008, equivocadamente entendendo que se emprega a igualdade entre homens e mulheres. A ação é uma estratégia em manter a divisão sexual considerando que, igualdade, nos termos da ONU (Organização das Nações Unidas) significa toda a ação que resulta em avanços de gênero, e não o contrário, retrocessos, limitações e exclusões.

As instituições futebolísticas regidas pelos homens hegemônicos não observam as diferenças físicas construídas via tecnologias de gênero, imposição sociocultural e os fatores oriundos destes, que, diferente das questões biológicas como: hormonais, reprodução e o fenômeno da menstruação é o que constrói diferentes corpos, dando ferramentas para a justificativa das desigualdades sociais nos trabalhos de cunho esportivo, ainda que seja naquelas funções que não precisa força (correr): treinadora e demais funções da equipe técnica e gestoras.

Como consequência o âmbito futebolístico contribui para o retrocesso de gênero no esporte e na sociedade, influenciando nas políticas de inserção de gênero, como o trabalho interrompido da Federação baiana nos anos 2007 destinado a oportunizar as mulheres, e as exclusões diversas no campo do país. No entanto, a luta da mulher pela inserção na arbitragem em futebol é histórica e o campo segue como lugar dos homens.

Apesar dos avanços de gênero e das desconstruções físico-corporais visto em mulheres atletas e nos corpos das árbitras que, constantemente apresentam o desenvolvimento em seus corpos, as diferenças físicas entre os sexos é a realidade que vivemos. Entretanto, o campo futebolístico resiste à igualdade social entre os sexos, equivocadamente apelando pela igualdade física, cujas avaliações exigidas iguais para ambos os sexos são recursos utilizados em detrimento da liberdade das mulheres na arbitragem brasileira.

Em meio as barreiras atravessadas o corpo das mulheres nos esportes aparece como afronta de gênero ao androcentrismo no trabalho esportivo – corpo construído, diferente, em desconstrução e apto para o tipo de trabalho – o futebol. Destarte, o ser mulher e homem surgem desde a infância, quando a sobreposição começa: os homens aprendem, quando criança, a conquistar a proteção do poder, mas as mulheres aprendem a subverter.

AGRADECIMENTOS

À CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, pelo financiamento da bolsa a doutoranda Ineildes Calheiro.

REFERÊNCIAS

- BARBANTI, Valdir. J. **Dicionário de educação física e esporte**. Barueri, SP: Manole. 2003.
- BARROS NETO, T.L. **Exercício, saúde e desempenho físico**. São Paulo-SP: Athaneu, 1997.
- CALHEIRO, Ineildes. **As mulheres árbitras de futebol: tecnologias de gênero e divisão sexual do trabalho**. International Book Market Service Ltda: Novas Edições Acadêmicas, 2017.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados** 17 (49) 2003.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GUEDES, D. P., J.E. **Crescimento, Composição Corporal e Desempenho Motor de crianças e adolescentes**. São Paulo: CLR Balieiro. 2002.
- LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero**. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. Tendências e impasses. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LESSA, Patrícia. Mulheres, corpo e esportes em uma perspectiva feminista. **Revista Motrivivência**, Florianópolis: UFSC, ano XVII, n. 24, p, 157-172, junho, 2005.
- _____. VOTRE, Sebastião Josué. A tecnofabricação dos corpos sexuados nos Testes de feminilidade na Olimpíada de 1968. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 35, n, 2, p. 263-279, abr./jun. 2013.
- LOURO, Guacira. **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- MAZO, G. Z.; LOPES, M.A.; BENEDETTI, T. B. **Educação física e o idoso: Concepção gerontológica**. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- MESSEDER, S. A. Precisa isso?!: **Desconstruindo o fio das masculinidades nas vivências de mulheres masculinizadas na escola e no mundo do trabalho**. In: Tereza Rodrigues Vieira (org.). **Minorias sexuais direitos e preconceitos**. 01 ed. Brasília: Consulex, 2012, v.01.
- MORAES, Enny Vieira. **Fazendo gênero e jogando bola: futebol feminino na Bahia anos 80-90**. Salvador: EDUFBA, 2014.
- NIEMAN, David.C. **Exercício e Saúde: Como se prevenir de doenças usando o exercício como seu medicamento**. São Paulo: Manole, 1999.
- REIS, Heloisa Helen dos. JUNIOR, Osmar Moreira. A invisibilidade e a trajetória das mulheres no futebol feminino. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Mulheres no Esporte. Secretaria de Políticas Para as Mulheres da Presidência da República, Brasília, ano IV, nº 6, p.25-35, dezembro de 2014.
- SANTOS, Ineildes Calheiro dos. Escanteio: mulheres que trocam o rosa cultural pelo preto da tradição: o campo da arbitragem em futebol. **Anais. Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**, 15 a 17 de Maio de 2013, Universidade do Estado da Bahia. Salvador – BA.
- _____. **As mulheres árbitras de futebol: um estudo sobre tecnologias de gênero e perspectiva da divisão sexual do trabalho**. Alagoinhas-BA: UNEB, 226f. Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Alagoinhas-BA, 2016.

_____; MESSEDER, Suely. **A diferença do Desempenho físico e esportivo entre homens e mulheres: um estudo sobre inserção das mulheres no mundo da arbitragem do futebol brasileiro.** In: VII Congresso Internacional de Estudos sobre a diversidade sexual e de gênero da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura - ABEH. SEFNER, F; CAETANO, M. (Org.). Discurso, discursos e contra-discursos Latino-americanos sobre a diversidade sexual e de gênero. Rio Grande do Sul: Realize. p. 501-515, 2016. Disponível em: <[http:// www.abeh.org.br](http://www.abeh.org.br)>. [http:// www.editorarealize.com.br/revistas.php](http://www.editorarealize.com.br/revistas.php).

SANTOS, Ineildes C. dos; OLIVEIRA, Eduardo D. Experiências das mulheres na escravidão, pós-abolição e racismo no feminismo em Angela Davis. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 26 (1): janeiro-abril, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. Trad. Christine Rufino Dabat. Maria Betânia Ávila. Recife. Ed. SOS Corpo. 1989.

SILVA Alberto Inácio da; RODRIGUEZ-Añez, Ciro Romelio. Índice de massa corporal e perímetro da cintura de árbitras de futebol. Estudos. Goiânia, v, 33, n7/8, p. 519-529, jul./ago., 2006.

ALI, Ayaan H. **INFIEL. A história de uma mulher que desafiou o islã.** Tradução de: Luiz A. de Araújo, São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-049-0



9 788572 470490